



MOÇÃO DE APOIO 01/2023

“MOÇÃO DE APOIO, à instalação de uma Comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para investigar o processo de venda da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN).”

O Poder Legislativo de Nova Roma do Sul (RS), através de seus vereadores subscritos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 142,III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem publicamente apresentar **MOÇÃO DE APOIO, Á INSTALAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO (CPI) NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, para investigar o processo da venda da Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN), ocorrido em 20 de dezembro de 2022.

JUSTIFICATIVA:

Diante de dúvidas de diversas ordens, levantadas, por diversas entidades, particularmente quanto a possíveis irregularidades na fixação do preço de venda da CORSAN e a caracterização de informação privilegiada no processo de arrematação, é cabível e necessário a instalação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para investigar o processo de venda da Companhia pública gaúcha, que completa 58 anos em 2023.

Como é de conhecimento, os fatos que permeiam o processo de desestatização e da respectiva modelagem de venda da estatal tem sido objeto de diversas discussões entre a sociedade civil, os servidores públicos, os parlamentares, tanto em nível dos municípios quanto em nível do estado, e os reflexos já são perceptíveis em todo o sistema jurídico, onde se viu nos últimos dias uma enxurrada de ações judiciais e expedições de liminares em diversos órgãos e instâncias do Poder Judiciário. O último órgão da Justiça a se pronunciar foi o Supremo Tribunal Federal (STF), que por meio da ministra Rosa Weber manteve a decisão judicial de proibir a assinatura do contrato, obstaculizando a conclusão do processo de privatização, já que na prática impede a transferência das ações arrematadas.

Entre os fatos que geram estranheza e requerem maior investigação está a contratação, por parte do governo do Estado, entre 2020 e 2021, de bancas de advogados e consultorias com as quais foram firmados 19 contratos milionários, em sua maioria sem licitação, no valor total de mais de R\$ 32 milhões de reais, com o objetivo de preparar as condições “legais” para a venda da Corsan. Não se pode olvidar, outrossim, que o povo



CÂMARA DE VEREADORES
NOVA ROMA DO SUL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

gaúcho vem exigindo uma investigação minuciosa de tudo que envolveu o pedido de exoneração do ex-procurador Fabiano Dallazen. Como consabido, em que pese inúmeras denúncias envolvendo potenciais ilegalidades na privatização da Corsan, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul não foi autor de nenhuma medida judicial ou administrativa para apurar esses fatos. Nesse ínterim, o ex-procurador-geral de Justiça Fabiano Dallazen, foi reconduzido ao cargo pelo governador Eduardo Leite, sendo que também se dizia estar prestes a ser indicado como desembargador do TJ-RS pelo quinto constitucional. Todavia, de inopino, requereu exoneração do cargo de Promotor de Justiça para trabalhar na iniciativa privada.

Para estarecimento dos gaúchos, durante o leilão, que foi transmitido pela internet, o ex-procurador-geral de Justiça do Estado se apresentou como assessor institucional da Aegea, única empresa participante e vencedora do certame. Ressalte-se que, conforme denunciado pela imprensa, em agosto de 2022, ocorreu em Gramado o XV Congresso do Ministério Público do Rio Grande do Sul, sendo que Aegea foi uma das patrocinadoras do evento.

Toda esta situação traz à luz necessidade urgente de investigação, para saber se o ex-procurador utilizou de seu ex-cargo em proveito próprio ou em benefício da sua atual empregadora, seja mediante condutas omissivas ou comissivas por omissão. Portanto, sobram razões para que a Assembleia Legislativa gaúcha, que possui em dos seus pilares constitucionais o dever de fiscalização das ações do poder executivo do estado, institua o mais rápido possível uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os fatos relacionados à venda da Corsan. A sociedade gaúcha tem o direito de, através de seus representantes, realizar essa investigação.

Considerando a seriedade do que está envolvido na venda da CORSAN e suas consequências futuras aqui mesmo em nosso Município, acreditamos que os colegas vereadores serão favoráveis à aprovação desta Moção, apoiando a instalação de uma CPI no Parlamento Gaúcho, instando todos os deputados e deputadas estaduais a assinarem o pedido, seguindo-se todos os tramites.

Solicitamos que a presente **MOÇÃO DE APOIO**, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Eduardo Leite, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Nova Roma do Sul (RS), 21 de março de 2023.

Luiza Santi
Vereadora – PP



CÂMARA DE VEREADORES
NOVA ROMA DO SUL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Jaime A. Panazzolo
Vereador - PP

Tiago Pasa
Vereador - PP

Márcio A. Rossi
Vereador - PP

Janete Pires Appio
Vereador – PT

Márcio Carminatti
Vereador –MDB

Marcelo Luiz Panazzolo
Vereador -MDB

Adi Scapinello
Vereador –MDB

Tiago Bet
Vereador –MDB